

## RESUMO

*Esta comunicação analisa o papel e a importância da educação islâmica, e em particular da educação universitária, na afirmação das identidades islâmicas em Moçambique e no aumento da notoriedade e participação dos muçulmanos na vida política e socioeconómica do país. Procede-se à caracterização do sistema de ensino superior na província de Nampula e à análise do contexto da criação da universidade islâmica Mussa Bin Bique, bem como da sua articulação com os outros subsistemas de ensino superior existentes na província. O texto foca também a sua atenção na actividade e no protagonismo da ONG islâmica Africa Muslim Agency na educação islâmica na província de Nampula, no quadro mais geral da sua articulação com a estratégia de re-islamização da África Austral.*

# O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ISLÂMICAS NO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE – ESTUDO DE CASO DA PROVÍNCIA DE NAMPULA

**Maria João Baessa Pinto**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL)

239

PALAVRAS-CHAVE: INSTITUIÇÕES ISLÂMICAS, ENSINO SUPERIOR, NAMPULA

A intensa actividade que as comunidades islâmicas têm desenvolvido na província de Nampula na área da educação, principalmente através da actuação de ONG islâmicas nacionais e estrangeiras, financiadas por países e organizações financeiras internacionais islâmicas, contribuiu para o aparecimento de novos modelos de escolas islâmicas de matriz *wahabita*, que integram o ensino religioso e também as disciplinas ditas seculares, através de protocolos assinados com o Estado da década de 90. Começa a tomar forma um sistema de ensino islâmico, articulado desde os níveis mais básicos até ao nível universitário, incluindo a formação profissional, que funciona simultaneamente integrado e à margem dos sistemas de ensino oficial e privado. Esta comunicação analisa o papel e a importância do papel da educação islâmica, e em particular da educação universitária, na afirmação das identidades islâmicas em Moçambique e no aumento da notoriedade e participação significativa dos muçulmanos na vida política e socioeconómica do país. Procede-se à caracterização do sistema de ensino superior na província de Nampula e à análise do contexto da criação da universidade islâmica Mussa Bin Bique, bem como da sua articulação com os outros subsistemas de ensino superior existentes na província. O texto foca também a sua atenção na actividade e no protagonismo da ONG islâmica *Africa Muslim Agency* na educação islâmica na província de Nampula, no quadro mais geral da sua articulação com a estratégia de re-islamização da África Austral. A informação foi recolhida com base numa revisão da literatura existente disponível e na pesquisa no

terreno realizada para o projecto de doutoramento em Estudos Africanos que tenho vindo a desenvolver. Esta comunicação insere-se na linha de pesquisa que estou a desenvolver no projecto *O papel das organizações da sociedade civil na educação e formação: o caso de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe* do CEA-ISCTE-IUL.

## **EDUCAÇÃO E IDENTIDADE(S) ISLÂMICA(S)**

A educação e o conhecimento (*'ilm*) ocupam uma posição importante no Islão, têm desfrutado de uma longa tradição intelectual desde o seu aparecimento e constituem requisitos básicos para a mobilidade social e legitimação da autoridade sacral. A importância da educação, repetidamente enfatizada no Alcorão em centenas de referências ao conhecimento presentes no livro sagrado, constitui um forte estímulo para a comunidade islâmica se esforçar e dedicar-se ao ensino e aprendizagem. O advento do Alcorão no século VII revolucionou a sociedade árabe, maioritariamente iletrada, que gozava de uma rica tradição oral. O Alcorão foi considerado a palavra de Deus e a leitura e a escrita tornaram-se requisitos essenciais para o acesso à bênção divina. A aspiração para a maioria dos fiéis de estudar o Alcorão e a necessidade de tornar os ensinamentos mais acessíveis à comunidade islâmica deram origem à *Kuttab*, a escola corânica tradicional, que funciona em diversos espaços, nas mesquitas, em casas particulares, lojas, ou mesmo ao relento.

O currículo da escola corânica tradicional foi essencialmente concebido para crianças e jovens, que iniciam a aprendizagem por volta dos quatro ou cinco anos. O sistema *Kuttab* difunde um ensino centrado no estudo do Alcorão e nas obrigações religiosas (abluções, jejum e oração), compreende um número muito limitado de disciplinas e enfatiza a memorização e recitação como meio de aprendizagem, sendo quase inexistente a análise e discussão do significado do texto. Depois de terem decorado a maior parte do Alcorão, os estudantes podem avançar para níveis superiores de ensino e continuar os seus estudos nas *madrassas* clássicas (de ensino de *'ilm* – conhecimento religioso islâmico). A escola *Kuttab* tem desempenhado a sua função social vital como o único veículo de instrução pública formal para crianças e continuou até ao aparecimento dos modelos ocidentais de ensino, nos tempos modernos, a ser um importante meio de instrução religiosa em muitos países islâmicos e regiões maioritariamente islâmicas, como é caso das comunidades costeiras islamizadas do norte de Moçambique.

Para além de frequentarem a escola corânica, a maioria dos membros das ordens *sufis* de Moçambique estão integrados nas regras e tradição da confraria. A essência do sufismo em Moçambique é a educação através de exercícios colectivos que incluem cânticos e tambores (*dhikr*) repetidos sistematicamente ao longo da vida para fortalecer a fé. Essas reuniões são aproveitadas para expor e resolver preocupações colectivas e individuais e para manifestar apoio e solidariedade entre os membros da comunidade, bem como passar o conhecimento e vivências dos mais velhos para os mais novos. Em Moçambique as escolas corânicas são designadas *madrassa*. Representam a escola de mesquita e continuam a manter as mesmas características clássicas (nelas aprende-se a recitar o Alcorão e conhecer os preceitos básicos da religião). Até aos anos 90 não há conhecimento da existência de *madrassas* clássicas (de *'ilm*) em Moçambi-

que. Contudo os muçulmanos moçambicanos tinham acesso ao *'ilm* nos centros tradicionais de estudo islâmico da África Oriental, Zanzibar, Lamu, Comores e também no Iémen, Egipto e a partir do século XX na Arábia Saudita, Sudão e Líbia (Bonate, 1999: 2-3).

O surgimento do reformismo islâmico em Moçambique faz emergir um conflito entre os *novos ulama* e os *shayks* tradicionais em torno de rituais funerários e outras celebrações religiosas. Por um lado temos os defensores do *dikir*, que constituem inovações no Islão. Por outro lado temos os defensores do *sukuti* (silêncio) com base nas escrituras sagradas. O acesso dos muçulmanos à nova educação islâmica reformista, que coloca a maior importância nas escrituras sagradas (Alcorão e *Hadites*) e no conhecimento da língua árabe, levou-os ao questionamento e avaliação das práticas islâmicas ditas tradicionais. Tudo o que não está de acordo com os textos sagrados passou a ser considerado de *bid'a* e deve ser combatido com a introdução de uma educação islâmica mais correcta (Bonate, 1999: 7-8).

## **O ESTADO COLONIAL E A EDUCAÇÃO ISLÂMICA**

O sistema educativo colonial, com a sua dicotomia pronunciada religiosa/secular, desenvolveu-se para formar funcionários que alimentassem as necessidades burocráticas e administrativas do Estado. A educação secularizada, com a supremacia da razão humana sobre a revelação divina e a separação entre Religião e Estado, entrou em conflito com o pensamento islâmico e estilo de vida tradicional, e pela primeira vez na história, a escola corânica encontrou-se numa posição periférica. Desenvolveu-se uma dualidade de ensino: as escolas ocidentais eram responsáveis pela educação das crianças europeias e das elites urbanas e as escolas corânicas tradicionais ocupavam-se do ensino das populações pobres e indígenas rurais. Confrontadas com o secularismo do Estado, as escolas corânicas moveram-se para o espaço privado das casas e mesquitas muçulmanas. A educação religiosa continuou mas reduzida à esfera pessoal, não tendo lugar na educação pública. Se os estudantes muçulmanos desejassem ter formação religiosa, poderiam completar a sua educação com a instrução moral existente em escolas religiosas tradicionais, Kuttab. Como consequência, dois sistemas de ensino diferentes evoluíram de forma independente, com pouca ou nenhuma relação oficial. Esta dualidade era visível em Moçambique no tempo colonial. A língua do colonizador europeu, que foi imposta como língua de comunicação e de negócios, afectou a balança de poderes entre muçulmanos e não muçulmanos e activou a resistência à escola do colonizador. Enquanto as escolas coloniais (públicas ou sob a alçada dos missionários católicos) estavam na sua maioria mobilizadas para a "domesticação", as escolas corânicas estavam empenhadas num processo cultural de resistência contra a colonização (Akkari, 2004: 1-22).

Com a instauração da República Portuguesa em 1910, Portugal foi oficialmente secularizado, mas a separação da Igreja e do Estado nunca foi totalmente realizada. Em 1919 foram restituídos à Igreja os subsídios para estabelecimentos de ensino. Em 1926, o regime de Salazar assume o poder e inicia a política educativa colonial em relação a Moçambique ao reconhecer oficialmente o estatuto privilegiado da Igreja e das missões católicas enquanto instituições de educação e instrumentos de civilização de África, através do Acto Colonial de 1930.

Esta aliança entre o Estado e a Igreja Católica resultou na imposição de restrições ao Islão (encerramento de mesquitas e a proibição de propagação do Islão junto dos moçambicanos). Em 1930, a população africana do norte de Moçambique era crescentemente muçulmana, com uma pequeníssima parte de convertidos católicos e muito poucos anglicanos no Niassa, o que começou a constituir uma preocupação crescente para as autoridades portuguesas. A campanha anti-islâmica dos portugueses em Moçambique tomou quatro formas principais: repressão policial e militar das lideranças islâmicas principalmente no norte; supressão da educação islâmica; estabelecimento da educação e da alçada da educação sob o monopólio dos missionários católicos portugueses, e isolamento forçado dos muçulmanos moçambicanos, do seu contacto com o resto do mundo islâmico (Alpers, 1999).

Com o Acordo Missionário de 1940 entre o Estado português e a Igreja Católica e o seu suplemento, o Estatuto Missionário de 1941, o regime colonial português transfere para a Igreja Católica a responsabilidade do ensino rudimentar, uma espécie de ensino pré-primário que todas as crianças negras tinham a obrigação de frequentar, promovendo assim a política de assimilação. Nos anos 50 assistiu-se à penetração de ideias nacionalistas, tendo começado a surgir associações clandestinas nos distritos do norte de Moçambique. Em meados da década de 60, com a circulação de ideias anti-portuguesas, feita através das fronteiras do norte islâmico, a administração colonial portuguesa pareceu ter tomado consciência da importância política do factor islâmico, encetando uma política de aproximação e cooptação das lideranças islâmicas *sufis*.

242

As primeiras propostas de abertura de novas escolas islâmicas com um currículo reformado surgiram na década de 70, mas os pedidos foram indeferidos pelo governo colonial, por ter sido identificado como um projecto *wahabita* e anti-*sufi*, uma vez que o regime colonial se tinha aliado às confrarias para captar o apoio dos chefes tradicionais muçulmanos e dos líderes das confrarias *sufis*, representantes da maioria dos muçulmanos dos territórios do norte de Moçambique, por forma a neutralizar o apoio aos movimentos de libertação nacional que então tinham eclodido. A influência do *wahabismo* foi inicialmente identificada a sul do país. A administração portuguesa pressupôs que o foco de expansão do movimento era a mesquita *Anuaril Isslamo*, em Lourenço Marques, dominada por muçulmanos de origem asiática, considerada pelas autoridades coloniais como uma potencial ameaça. A mesquita foi fundada por dois afro-indianos que após a conclusão dos estudos religiosos na Arábia Saudita regressam a Moçambique, reunindo maioritariamente crentes das zonas peri-urbanas, defensores da visão *wahabita* do Islão. O conflito entre os *wahabitas* e os líderes das confrarias *sufis* e chefes tradicionais muçulmanos do norte de Moçambique conduziu a confrontos directos, tendo as autoridades portuguesas publicamente manifestado apoio aos *sufis* (Macagno, 2007).

Apesar da aliança do governo colonial com a Igreja Católica, o Islão expandiu-se em termos significativos até 1974, por via essencialmente das confrarias que emergiram em Moçambique nos finais do século XIX e princípios do século XX. Elas permitiram não só a conversão de mais moçambicanos ao Islão, mas também a abertura de novas escolas corânicas e a aquisição de conhecimento islâmicos no exterior.

## O ESTADO MOÇAMBICANO E A EDUCAÇÃO ISLÂMICA

Em 1975, Moçambique ascendeu à independência sob a liderança da Frente de Libertação Nacional, FRELIMO, que adoptou o socialismo de Estado como instrumento de modernização rápida da economia. O Estado independente manteve as fronteiras e as estruturas burocráticas herdadas da colonização, requerendo a presença de uma elite política que era a matriz desse instrumento primordial de administração. As orientações dos governantes nacionalistas moçambicanos, à semelhança de muitos países africanos estavam, pelo menos formalmente, secularizadas. As organizações islâmicas sofreram como as outras confissões religiosas a hostilidade do regime, apesar de nunca ter sido formalmente interdito o direito de liberdade de expressão religiosa.

Embora a Constituição de 1975 não proibisse de forma explícita a actividade educativa promovida por particulares ou privados, as acções praticadas pelo novo governo depois da proclamação da Independência, em especial as nacionalizações ocorridas nos sectores de educação e saúde, mostraram que não eram permitidas actividades que não fossem do Estado nesse domínio. O ensino de base religioso das escolas corânicas ou, ao nível superior, dos prestigiosos estabelecimentos em países islâmicos, foi desencorajado e desvalorizado. Nas regiões do norte de Moçambique, fortemente islamizadas, as autoridades tradicionais islâmicas sentiram a hostilidade e desconfiança por parte do novo governo pela sua proximidade com o regime colonial. A situação de marginalização da comunidade muçulmana continuou nos primeiros anos de independência. No entanto, os novos líderes políticos não impediram que o poder das comunidades islâmicas crescesse e as escolas corânicas continuaram a existir na clandestinidade.

A partir de meados da década de 80, o governo moçambicano começou a adoptar uma política mais flexível e de abertura em relação às confissões religiosas, abandonando gradualmente a militância marxista e permitindo a criação de associações islâmicas nacionais como o Conselho Islâmico de Moçambique e ONG de orientação *wahabita* que promovem o ensino islâmico reformado em Moçambique e distribuem bolsas de estudo a moçambicanos no exterior, como é exemplo a *Africa Muslim Agency*.

O crescente aumento de influência do Conselho Islâmico de Moçambique adquire maior centralidade e visibilidade pelo facto de as confrarias terem perdido a sua importância política com o aparecimento do *wahabismo*, que acusa as confrarias de terem sido cúmplices do regime colonial. A criação do Conselho Islâmico em Moçambique implicou um forte acento universalista e internacionalista, em conformidade com a vertente sunita *wahabita* do Islão, que se caracteriza pela centralidade do Alcorão e o regresso às escrituras para neutralizar qualquer tentativa de deturpação ou inovação. Em 1982, o referido fundador do Conselho Islâmico apresentou ao presidente Samora Machel uma proposta explícita no sentido desta internacionalização ou universalização do Islão, comprometendo as velhas lideranças das confrarias muçulmanas que, durante o colonialismo, colaboraram com a política de co-optação iniciada por Portugal. Nesta proposta solicitava melhores condições para desenvolver o ensino do Islão em Moçambique, chamando a atenção para a necessidade de enviar cidadãos muçulmanos para o estrangeiro para aprofundarem o ensino religioso, técnico e científico, utilizando as bolsas de estudo oferecidas pelos países muçulmanos (Macagno, 2007: 42-43).

Com o restabelecimento das ligações antigas com o mundo árabe, assistiu-se efectivamente ao aparecimento dos primeiros representantes do reformismo islâmico em Moçambique. E é nos países árabes que os reformistas encontram o modelo e a assistência financeira para fomentar um novo Islão local. Estes novos muçulmanos moçambicanos são sobretudo influenciados pelo *wahabismo*. Inspirados neste movimento político-religioso, condenam as práticas populares do culto dos santos e dos seus túmulos, praticadas pelo islamismo difundido pelas confrarias *sufis*. As prioridades dos reformistas são a aquisição de conhecimentos científicos modernos para cortar com a dependência do Ocidente e a modernização do ensino arábico-islâmico.

Como consequência da abertura do Estado em relação às confissões religiosas, assistiu-se à multiplicação das organizações islâmicas que actuam em Moçambique, com ligações a organizações internacionais islâmicas regionais (sedeadas na África do Sul) e com os países da *linha da frente* da promoção do Islão (Arábia Saudita, Sudão, Egipto, Paquistão, Kuwait, etc.). Estas organizações pretendem a propagação do Islão e uma melhor educação religiosa dos crentes, reflectindo um desejo evidente de estruturar a sociedade civil a partir de valores muçulmanos.

O desenvolvimento educacional e a pressão política levaram a uma visibilidade pública do sector islâmico em Moçambique, a partir dos anos 90, altura em que o governo autoriza a abertura de estabelecimentos de ensino particular. Com a liberalização política e reunidas as condições de financiamento externo, *os novos ulama* conseguem o apoio do governo para a criação de novos estabelecimentos de ensino. Assistiu-se à proliferação de escolas corânicas, criaram-se novas modalidades de organização e de educação, mais eficazes que as confrarias, susceptíveis de fazer face ao desafio ocidental, as primeiras escolas muçulmanas renovadas, onde o árabe é ensinado de modo mais moderno e sistemático, e foram introduzidas disciplinas do sistema de ensino oficial público.

Coexistem assim no país vários sistemas de educação: escolas corânicas, escolas *Arabiyya Islamiyya*, escolas cristãs e escolas de cariz ocidental estatais e privadas. Estes sistemas influenciam-se mutuamente e ao mesmo tempo os alunos e professores também estão expostos a influências diversificadas (Bonate, 1999).

## **O SISTEMA EDUCATIVO ISLÂMICO NA PROVÍNCIA DE NAMPULA**

Na província de Nampula, as escolas corânicas tradicionais (*Kuttab*) continuam a ser a instituição de transmissão do conhecimento islâmico mais divulgada, mantendo um carácter clássico, não conseguindo corresponder à modernidade. Nestas escolas os estudantes obtêm uma educação religiosa básica. O Estado laico no seu sistema nacional de educação não reconhece as escolas de cariz religioso que não seguem o currículo oficial, como é o caso das escolas corânicas, mas não se opõe à sua existência e funcionamento.

No entanto, o Estado reconhece os novos modelos de escolas islâmicas, denominadas *Arabiyya Islamiyya*, que surgiram a partir das novas políticas educativas do governo e de iniciativas da própria comunidade muçulmana e incluem no seu currículo disciplinas de *'ilm* e também ditas seculares e a língua árabe. Estas escolas visam enquadrar o conhecimento islâmico de maneira harmoniosa no conhecimento científico e tecnológico moderno ocidental, são bem vistas e frequentadas por muçulmanos e não muçulmanos, dando

visibilidade e prestígio aos muçulmanos, constituindo um desafio às escolas corânicas tradicionais porque oferecem uma renovação religiosa geral através de um ensino religioso reformado, mas também visam oferecer uma educação alternativa à ocidental/estatal: os professores são os *novos ulama*, a língua árabe é valorizada como elemento unificador dos diferentes grupos étnicos e diferentes geografias do Islão moçambicano; permitem maiores oportunidades de carreira e não exclusivamente a religiosa; vão ao encontro do objectivo do governo e das políticas internacionais de escolarização de toda a população (Bonate, 1999: 11-12).

A educação tem constituído um eixo fundamental de intervenção da ONG internacional *Africa Muslim Agency*, com sede no Kuwait e presente desde 1984/85 em Moçambique, com sede em Maputo e delegações nas províncias do norte de Moçambique, Nampula, Cabo Delgado e Niassa. Apesar de estar sedeadada na capital, pelas vantagens inerentes à proximidade do governo central, a delegação da AMA em Nampula marca uma forte presença no plano da actividade religiosa provincial, constituindo a delegação com maior visibilidade em Moçambique e onde a actividade proselitista mais se faz notar.

De importância capital para a aquisição de uma notoriedade significativa tem sido a intensa actividade que a *Africa Muslim Agency* tem desenvolvido em Nampula, não apenas no quadro da intervenção religiosa, construção de mesquitas e do apoio financeiro à realização de viagens a Meca, mas na dimensão mais ampla da intervenção social, nomeadamente nas áreas da educação (construção de escolas, concessão de bolsas para estudos qualificados em países islâmicos, etc.).

A actuação no plano da educação islâmica constitui um dos instrumentos chave da sua acção mobilizadora e tem contribuído para a definição da fronteira entre as perspectivas do Islão tradicional local e do Islão *wahabita*. Às escolas corânicas tradicionais das confrarias, onde é ministrado um ensino muito rudimentar em espaços físicos precários, tem respondido a corrente islâmica de matriz *wahabita* com um modelo de ensino que integra uma educação islâmica mais efectiva (o ensino do árabe e outras disciplinas como a história do Islão, etc., fazem parte obrigatória do ensino escolar) e os contributos do conhecimento científico e que, no plano político, faz a articulação entre o ensino islâmico e o oficial, através de protocolos assinados com o Estado em 1991 e 1997. Através destes protocolos, a organização tem em funcionamento na cidade de Nacala três escolas primárias e uma escola secundária, que ministram simultaneamente o programa de ensino oficial e ensino religioso. Neste acordo, cabe ao governo fornecer os professores para ensinar o programa oficial, o ensino religioso é da inteira responsabilidade da AMA, e os professores de árabe são da *Africa Muslim Agency* (Pinto, 2000).

Ainda no âmbito da educação, para além da construção de escolas, esta ONG islâmica concede bolsas de estudos qualificados para países islâmicos, mas também para a Universidade Eduardo Mondlane e para a Universidade Islâmica Mussa Bin Bique. Começa a tomar forma um sistema de ensino islâmico, articulado desde os níveis mais básicos até ao nível universitário, e contemplando também a formação profissional, que funciona simultaneamente integrado e à margem do sistema de ensino oficial. Esta actividade na área da educação adquire uma importância acrescida junto das populações, pelas deficiências das infra-estruturas educativas estatais, vista por todos como uma contribuição positiva para o desenvolvimento da cidade.

Assim, em Nampula, à semelhança do que acontece no restante país e no continente africano, existe uma dicotomia entre o Islão cultural contextualizado (veiculado pelas ordens *sufis*, em cujas escolas corânicas o ensino é ministrado pelos membros das confrarias) e o Islão de cariz universal e absoluto, anti-*sufi* e que é promovido nas escolas *Arabiyya Islamiyya*, onde o ensino é dado pelos professores com habilitações superiores, os *novos ulama*, com saídas profissionais modernas e com ligações a ONG como a AMA (Bonate, 1999).

## **O CONTRIBUTO ISLÂMICO E O ENSINO UNIVERSITÁRIO EM MOÇAMBIQUE**

Ao longo dos últimos 40 anos, Moçambique sofreu transformações dramáticas. Ganha a independência em 1975 e inicia o projecto socialista de desenvolvimento rápido e equitativo. Mas a Guerra Fria e a determinação da África do Sul para manter o apartheid e para desestabilizar a sociedade alternativa que Moçambique representava, sustentaram a guerra civil que só terminou em 1992. Durante este período, o ensino superior sofreu continuamente transformações drásticas.

Em 2009 existiam 18 instituições de ensino superior públicas e 23 privadas (ver Anexo). Aquando da proclamação da Independência de Moçambique em 1975, o país contava com uma única instituição de ensino superior, a Universidade de Lourenço Marques (ULM), transformada na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em 1976, com uma população estudantil inicial de cerca de 2.400 estudantes. Com o êxodo de muitos dos professores da universidade, das escolas secundárias e primárias e de forma a evitar o colapso do sistema educativo, o governo de Moçambique tomou medidas no sentido de direccionar maior número de graduados do ensino secundário para a formação de professores. Foi criada na UEM a Faculdade de Educação com o objectivo de formar professores para diferentes níveis.

A guerra civil e o declínio económico que o país viveu não impediram a expansão do sector do ensino superior. Com o aumento do número de alunos nas escolas, foi criado em 1985 o Instituto Superior Pedagógico sob tutela do Ministério de Educação, com a finalidade de formar professores, transformado em Universidade Pedagógica em 1994. Esta instituição pública de ensino superior foi a primeira a abrir delegações nas cidades da Beira e Nampula. Para fazer face às deficiências na área de cooperação e diplomacia, o governo cria o Instituto Superior de Relações Internacionais em 1986, sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

A reforma do Estado iniciada com o acordo entre Moçambique e o FMI em 1984 conduziu à revisão da Constituição em 1990, ao fim da guerra e do período socialista, à abertura à economia do mercado, permitindo a criação de instituições educacionais fora da tutela do Estado e o aparecimento de instituições de ensino superior não estatais de carácter lucrativo. A Constituição de 1990 definiu o papel do Estado na educação e colocou novos actores no cenário socioeconómico e cultural, designadamente o sector privado e a sociedade civil, constituindo a grande conquista do neoliberalismo no processo de reforma do Estado em Moçambique. A Lei 6/92 de 6 de Maio e a Lei 1/93 de 24 de Junho serviram de base para a nova realidade do sistema educativo do país.

Em 1995 é criado o Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) e a Universidade Católica de Moçambique (UCM), no ano seguinte (1996) o

Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM), e o Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC) e a Universidade Islâmica Mussa Bin Bique (UMBB) em 1998/2000. Duas novas instituições públicas de ensino superior surgiram durante este período, a Academia de Polícia (ACIPOL) em 1999 e a Escola Superior de Ciências Náuticas de Moçambique (ENM) em 2004.

Apesar do debate em torno da qualidade de ensino e mérito das instituições públicas e privadas, existe um consenso generalizado sobre a importância social do ensino superior em Moçambique. Mesmo com o rápido crescimento da sua economia nos últimos anos, Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo. O país sofre de escassez de profissionais qualificados fundamentais para o desenvolvimento e execução de políticas públicas adequadas e para a formação de sucessivas gerações de profissionais e educadores. Um dado que de certa maneira merecerá uma atenção especial nas políticas de ensino superior é a constatação feita sobre a tendência deste subsistema para a concentração das instituições de ensino superior na região sul do país, produzindo-se conseqüentemente um desequilíbrio regional na oferta e oportunidade de ensino superior, em termos de riqueza, desenvolvimento e recursos humanos qualificados. De salientar que as instituições de ensino superior podem assumir um papel importante no desenvolvimento económico, científico e social onde se integram. Perante esta situação o governo moçambicano reforçou o peso e a importância ao ensino superior, com a criação do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT).

247

É neste contexto que, nas últimas duas décadas, a cidade de Nampula assistiu a um explosivo crescimento do ensino universitário, contando com sete instituições de ensino superior, cerca de vinte faculdades em funcionamento, entre as quais a Universidade Pedagógica, Universidade Lúrio, Universidade Politécnica, Academia Militar, Universidade Católica, Universidade Mussa Bin Bique, Universidade de S. Tomás. Três das referidas instituições de ensino superior surgem por iniciativa e tutela da comunidade religiosa: a Universidade Católica de Moçambique, a Universidade Islâmica Mussa Bin Bique e a Universidade de S. Tomás.

A Universidade Mussa Bin Bique (UMB) é uma instituição privada de ensino superior, com a sua sede em Nampula, rege-se pelos Estatutos no decreto nº 13/98 de 17 de Março e é uma instituição do Centro de Formação Islâmica. "Constitui nos termos da lei, uma pessoa colectiva de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e goza de autonomia Científica, Pedagógica e Administrativa que se orienta segundo os princípios gerais de democracia, do respeito pelos direitos humanos, da formação integral do homem na base dos valores islâmicos, do respeito às liberdades consagradas na Constituição da República". A sua missão é

preparar quadros para a sociedade, mediante adequada formação científica, profissional e deontológica inspirada na doutrina social islâmica; Incentivar a investigação científica tecnológica e cultural, principalmente de natureza aplicada, como meio de formação de resolução de problemas para a sociedade, de apoio ao desenvolvimento do país e de contribuição para o conhecimento científico (Boletim Informativo da UMB, 21.3.2006).

A UMB é a primeira instituição de ensino superior com a sua sede na cidade de Nampula. Funciona, desde o ano de 2000, em instalações arrendadas, devido ao facto da construção do seu *campus* ainda não ter sido materializada, embora a cerimónia de lançamento da primeira pedra tenha ocorrido há mais de quatro anos. Os serviços administrativos localizam-se num edifício em que, outrora, funcionou uma pensão denominada *Rosas*, enquanto as aulas são leccionadas em salas relativamente exíguas e bastante distanciadas umas das outras (Blog *Reflectindo sobre Moçambique*, 16.11.2009).

Esta universidade conta com o apoio financeiro do Banco Árabe para o Desenvolvimento para a construção do Campus Universitário em Nampula, de forma a garantir o aumento do número de estudantes a ingressar naquele estabelecimento de ensino superior privado e também do governo líbio, da Universidade Internacional Islâmica da Malásia e do *Sheik* da Arábia Saudita, entre outras entidades. Está em curso a expansão dos cursos ministrados em Nampula para as cidades de Inhambane e Pemba (onde já estão a funcionar delegações com o curso de Direito), Tete, Beira e Maputo. Em 2007 a Universidade Mussa Bin Bique contava com 704 estudantes, dos quais 148 de Ciências Agrárias e 556 do curso de Gestão e Contabilidade, assistidos por um total de 72 professores. Ano em que esta universidade islâmica promoveu a graduação dos primeiros 131 estudantes, nas duas faculdades existentes, Ciências Agrárias e Gestão e Contabilidade respectivamente, sendo 30 licenciados em Ciências Agrárias, 29 em Gestão, 1 único em Contabilidade e 76 bacharéis em Gestão e Contabilidade (Wamphula Fax, 13.11.2007).

## CONCLUSÃO

As políticas do passado que aqui referimos permitem uma base de compreensão dos problemas na área da educação que os países africanos hoje enfrentam. Em Moçambique, quer o Estado colonial quer o pós-colonial marginalizaram o conhecimento religioso islâmico como requisito de mobilização social. Os frutos amargos da colonização são hoje experimentados pelos governos independentes, quando se esforçam por implementar um sistema e recursos educacionais inadequados para criar escolas com currículos mais apropriados para as condições actuais do país. Um dos erros mais graves neste domínio, por parte do Estados colonial e pós-colonial, foi terem negligenciado a educação tradicional.

Apesar disso, os islâmicos têm agora mais opções. Com os fundos do Médio Oriente, têm aberto numerosas escolas arábicas em Maputo, nas cidades capitais de província como a cidade de Nampula, onde a maioria da população é muçulmana, e noutras cidades espalhadas pelo país. Abriram-se centros de estudos islâmicos cujo objectivo é islamizar a modernidade, ou seja, moldar o processo de desenvolvimento socioeconómico de forma islâmica. No entanto, em Moçambique a educação islâmica não ocupa um lugar central. Apesar de a maioria das pessoas considerar a escola corânica como fazendo parte da sua educação, estão bem conscientes de que apenas a educação ocidental, nas escolas de cariz ocidental, as irá preparar para os empregos disponíveis na economia moderna em desenvolvimento.

A valorização da educação islâmica reformada, que ocorreu no final do século XX, parece não encontrar correspondência na primeira década do século XXI. Alguns dos novos estabelecimentos de ensino reformado foram

perdendo parte da sua credibilidade por dependerem excessivamente do apoio exterior islâmico para a sua manutenção, como é o caso da Universidade Mussa Bin Bique e da ONG *Africa Muslim Agency*.

Os muçulmanos em Moçambique são influenciados pelas interpretações religiosas oferecidas pela AMA, o que indica que as forças geográficas afectam os muçulmanos que vivem na periferia do domínio islâmico. Apesar de os muçulmanos moçambicanos parecerem um grupo social unido e homogéneo, estão internamente divididos em seitas e escolas de pensamento. Esta divisão é marcada pela presença de diferentes mesquitas e instituições islâmicas que promovem a educação islâmica de acordo com as suas interpretações do Islão.

## REFERÊNCIAS

Akkari, Abdel-Jalil (2004). "Socialization, learning and basic education in Koranic schools", *Mediterranean Journal of Educational Studies*, 9 (2), 1-22.

Alpers, Edward (1999). "Islam in the service of colonialism? Portuguese strategy during the armed liberation struggle in Mozambique", *Lusotopie: Dynamiques religieuses en lusophonie contemporaine*, 165-169.

Boletim Informativo da UMB (BIUMB) (<http://www.blogger.com/profile/02652140759924920644>).

Bonate, Liazzat (1999). "Ensino islâmico e políticas educativas nacionais em Moçambique". Artigo apresentado nos Cursos de Verão da Arrábida *Transmissão de saberes: Sistemas de educação em África*, Agosto 1999, Portugal.

Macagno, Lorenzo (2007). Les nouveaux oulémas. La recomposition des autorités musulmanes au nord du Mozambique, *Lusotopie* (Leiden & Boston) 14 (I), 151-177.

Ministério da Educação (1996). "Development of education: National report of Mozambique". Maputo, Ministério da Educação.

Pinto, Maria João (2000). *O islamismo em Moçambique no contexto da liberalização política e económica (anos 90): A província de Nampula como estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Portal do Governo de Moçambique ([http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo\\_inst\\_ens\\_sup/instituicoes\\_superior\\_moc\\_2](http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo_inst_ens_sup/instituicoes_superior_moc_2))

Blog *Reflectindo sobre Moçambique* (<http://comunidademocambicana.blogspot.com/>).

Wamphula Fax (13.11.2007).

**Anexo**  
*Dados resumidos das instituições de ensino superior em Moçambique*

Nome	Tipo	Ano de criação
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)	Pública	1976
Universidade Pedagógica (UP)	Pública	1985
Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI)	Pública	1986
Academia de Ciências Policiais (ACIPOL)	Pública	1999
Instituto Superior de Ciências da Saúde (ISCISA)	Pública	2003
Academia Militar (AM)	Pública	2003
Escola Superior de Ciências Náuticas (ESCN)	Pública	2004
Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM)	Pública	
Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG)	Pública	
Escola Agrária de Chokwe	Pública	2005
Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM)	Pública	2005
Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT)	Pública	2005
Universidade Lúrio (UNILURIO)	Pública	2006
Instituto Superior da Administração Pública (ISAP)	Pública	2005
Universidade Zambeze (UniZambeze)	Pública	2006
Escola Superior de Jornalismo	Pública	2008
Instituto Superior de Artes e Cultura (ISAC)	Pública	2008
Instituto Superior Politécnico de Songo (ISPS)	Pública	2008
Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique (ISCTEM)	Privada	1996
Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC)	Privada	1999
Universidade Politécnica A Politécnica	Privada	1995
Universidade Mussa Bin Bique (UMBB)	Privada	1998
Universidade Católica de Moçambique (UCM)	Privada	1995
Universidade Técnica de Moçambique (UDM)	Privada	2002
Universidade São Tomás de Moçambique (USTM)	Privada	2004
Universidade Jean Piaget de Moçambique (UJPM)	Privada	2004
Instituto Superior de Educação e Tecnologia (ISET)	Privada	2005
Instituto Superior Cristão (ISC)	Privada	2005
Escola Superior de Economia e Gestão (ESEG)	Privada	2004
Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC)	Privada	2005
Universidade Dom Bosco	Privada	2006

Instituto Superior de Tecnologia e Gestão (ISTEG)	Privada	2008
Instituto Superior Monitor (ISM)	Privada	2008
Instituto Superior de Comunicação e Imagem (ISCIM)	Privada	2008
Universidade do Índico	Privada	2008
Instituto Superior Maria Mãe África	Privada	2008
Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças (ISGCOF)	Privada	2009
Instituto Superior de Tecnologia Alberto Chipande (ISTAC)	Privada	2009
Instituto Superior de Ciência e Gestão (INSCIG)	Privada	2009

Fonte: Ministério da Educação e Cultura de Moçambique (2009)